

Entrevista¹ com Vicente de Paula Faleiros²

SS&S – Professor Vicente, é uma honra para nós estarmos aqui com o senhor para ouvir um pouco da sua história. Gostaríamos que o senhor falasse sobre sua trajetória profissional e sobre o seu encontro com o Serviço Social.

Então, o Serviço Social, nos anos 60, vivia um processo de se repensar, inclusive seu tripé (Desenvolvimento de Comunidade, Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo) no contexto político de mudanças.

Vicente Faleiros – Bem, vamos recorrer o tempo e a memória! Agora, a trajetória está acontecendo. Nos anos 1960, a criação da Faculdade de Serviço Social da Associação de Ensino de Ribeirão Preto foi uma oportunidade de agrupar certos militantes que estavam, ou na JUC³, ou na Ação Popular, para repensar nosso envolvimento político. Foi uma oportunidade de participação que se deu num momento de muita mobilização social pelas reformas de base, na época de João Goulart, com questionamento do imperialismo norte-americano. Então, a turma que entrou na Faculdade estava em descompasso com a proposta oficial e tradicional do Serviço Social, o que pode ser ilustrado com dois episódios dessa época: depois que passei no vestibular continuei esse trabalho militante, antes do Golpe de 1964. Dona Marina, que era diretora, me chamou e disse que eu não tinha vocação para o Serviço Social. O segundo episódio: nós fizemos no CPC⁴ da UNE um teatro popular com a música “Subdesenvolvido”, e por isso, o diretor me suspendeu por uma semana da Faculdade. Eu tenho até uma cópia do ato de suspensão. E quando veio o Golpe Militar de 1964, dono da Instituição, Dr. Bonini, nos denunciou à polícia, acarretando minha prisão, a expulsão de uma colega, a perda de estágios e depoimentos na polícia. Eu fui pesquisar os arquivos do

¹ Entrevista realizada pela equipe da Revista *SS&S* na Casa do Professor Visitante da UNICAMP em 15 de Maio de 2007.

² Doutor pela Université de Montreal, pós-doutor pela EHESS pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris e pela Université de Montreal. Atualmente é Pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília.

³ Juventude Universitária Católica

⁴ Centro Popular de Cultura da UNE – União Nacional dos Estudantes

DEOPS⁵ de São Paulo, - e retirei uma fotocópia das denúncias de então. No início do Século XXI (acho que foi em 2002) o Dr. Bonini me chamou para participar na Faculdade de um debate, salientou a importância da nossa turma, e de certa forma, pode se retratar do que fez. A democracia permite esse momento de reparação, de se repensar o que foi feito naquela época de repressão e o que pode ser feito hoje. Aceitei o convite de voltar à Faculdade, onde me recusava a entrar, com esse gesto de reconhecimento do erro da falha cometida contra nós.

Então, o Serviço Social, nos anos 60, vivia um processo de se repensar, inclusive seu tripé (Desenvolvimento de Comunidade, Serviço Social de Caso, e Serviço Social de Grupo) no contexto político de mudanças. Aproveitávamos o “desenvolvimento de comunidade” como uma oportunidade de trabalhar a participação dos jovens, a observação participante, a realização de reuniões e debates. Nós tínhamos alguns professores que apoiavam também esta perspectiva, embora o pessoal, em especial, o professor de Psicologia (em especial) e a professora de Serviço Social de Caso fossem conservadores.

Nesse momento, nossa relação com o Serviço Social, foi no sentido mais de questionamento e de mudança do que propriamente de incorporação.

A turma levou para a Faculdade uma tradição de reflexão do engajamento social da Economia e do Humanismo do Padre Lebrecht, as experiências da JUC, do CPC da UNE, a integração com outros estudantes e com a cidade. Havia oposição entre o Partido Comunista (do Arouca, posteriormente deputado) e a Ação Popular a que pertencia. A gente brigava, politicamente, pela hegemonia dos espaços acadêmicos. Mas, trabalhávamos juntos em algumas coisas, na atividade cultural, principalmente no CPC. A cidade era ainda muito provinciana, mas, apesar disso, havia o contato com a favela, com os cortadores de cana que saíam às 5 da manhã, e com alguns movimentos operários.

Nesse momento, nossa relação com o Serviço Social, foi no sentido mais de questionamento e de mudança do que

⁵ Departamento de Ordem Política e Social, DEOPS-SP

propriamente de incorporação. Nós somos da 1ª turma e participamos dos Congressos da UNE por causa da JUC e da Ação Popular. Era uma turma já mais madura e com pessoal já com experiência, com militância, com opinião formada. Houve muito enfrentamento e conflito com a direção da Faculdade, com Dom Hildebrando, que era professor do Mosteiro de São Bento, reacionário assumido, com uma visão muito tradicionalista da sociedade. Nossa formação foi bastante conflituosa.

Para voltar ao tempo vivido, à trajetória, desde 1962 até hoje, gostaria de destacar 1964, quando veio o Golpe Militar, como marco para a história do Brasil e para minha pessoa, passando por IPM (Inquérito Policial Militar) por prisão (quase um mês). Felizmente, não foi aberto um processo mais longo. Depois de formado fui trabalhar em Brasília (inaugurada em 1960), e continuei na atividade política clandestina da Ação Popular. Em 1967, fui preso novamente em Brasília, sendo solto um mês depois com “*hábeas corpus*”. Em 1970, no entanto, a Justiça Militar reabriu o IPM, na época do Médici, da ditadura mais sanguinária. Tive que sair, porque a minha casa era super vigiada, o carro seguido, era insuportável, com companheiros presos, com a repressão brutal e a ausência total de direitos. Era o terror de Estado.

A Reconceituação do Serviço Social se fez a partir da realidade e da teoria, e não com um ideário abstrato.

Ao chegar ao Chile, um pouco antes da eleição de Allende, encontramos outro ambiente, a democracia plena com o Partido Comunista e outros partidos de esquerda em funcionamento. Meu contato com o Chile foi no Uruguai, num Congresso Latino-Americano de Serviço Social, e o pessoal da Universidade Católica de Valparaíso me disse: “se você precisar pode ir para o Chile, a gente te recebe”. Foi um ato de solidariedade. Ao chegar à Universidade Católica, havia uma crise na Escola de Serviço Social: os alunos tinham se rebelado contra a visão tradicional do Serviço Social e estavam em greve.

A Reitoria, que era da Democracia Cristã, criou uma Comissão para repensar a formação juntamente com os docentes da Escola de Educação Familiar, que também estava se repensando naquele contexto. Começamos, então, a fazer debates com os alunos, sobre o que eles queriam que fosse a nova Escola de Trabalho Social. A discussão foi extremamente democrática: fazíamos sessões, debates, assembléias e formulamos um projeto curricular transformador, republicado posteriormente pelo CELATS “*Que es trabajo social*”.

Passamos a repensar o Serviço Social, na ótica marxista, no contexto da luta de classes em 1970, ao mesmo tempo em que debatíamos a realidade social, o que, naquela época, se chamava *realidad nacional*. A Reconceituação do Serviço Social se fez a partir da realidade e da teoria, e não com um ideário abstrato. Ao se pensar essa realidade de forma crítica é que fomos estruturando os campos de estágio em três áreas: urbana (movimentos urbanos), industrial (movimentos sociais operários) e camponesa (movimentos sociais no campo). Trabalhávamos em oficinas ou “*talleres*” unindo teoria e prática. A escola se fechava 5^a, 6^a e sábado para todos irmos a campo e reabria segunda-feira para a discussão das práticas com teorias. Nossos estágios começavam com uma estratégia que chamava de aproximações sucessivas, com uma prática direta com a população, por exemplo, na construção popular de casas. Uma vez, depois de haver feito essa atividade de construção da casa, no final da tarde, me convidaram para tomar um chá na casa. Aí o vínculo se fazia verbo e ação. A Escola de Valparaíso foi realmente uma experiência teórico-prática articulada, não eram os professores fazendo teoria e os alunos fazendo prática. Nossa definição é de que o trabalho social é *práxis*, a partir do dominado, no seu processo de libertação, no seu processo de conscientização, de mobilização, de organização. Então, foi realmente um **movimento** reconceitual, não foi uma

A Escola de Valparaíso foi realmente uma experiência teórico-prática articulada, não eram os professores fazendo teoria e os alunos fazendo prática.

reconceituação de “mesa de bar”. A partir disso os estágios criavam vínculos dos estudantes com o público com o qual eles trabalhavam. Eu me lembro, tínhamos uma estagiária numa gráfica, ao lado da Universidade, e o patrão a demitiu. Os operários fizeram greve para ter a estagiária, o que foi feito pelo menos até o Golpe Militar de Pinochet em 11 de setembro de 1973.

Quando se começou o movimento para derrubar o Allende a nossa Faculdade e toda a Universidade Católica foi tomada pela direita, pelo movimento de extrema direita, que se chamava “*Patria y Libertad*”. Puseram bombas nas portas da Universidade, e tivemos que dar aulas nos sindicatos. Os sindicatos nos abriram suas portas. Já havíamos feito uma aliança, um compromisso com o Sindicato dos Tripulantes, o Sindicato do Porto, o Sindicato do Cobre, o Sindicato do Petróleo, com os movimentos camponeses e urbanos. Na área rural, de que não participei diretamente, os estudantes ficavam em acampamento com os trabalhadores.

Eu orientei estágio numa mina de cimento. A gente pernoitava nos dormitórios dos trabalhadores, só homem podia ir, na mina não entrava mulher, havia esse mito. A gente tomava o trem às 5 da manhã para o fundo da mina. Como a gente não sabia atuar naquele tipo de trabalho, ficávamos, com a devida segurança, encarregados de retirar pedras que poderiam cair após as explosões. No momento do intervalo, os trabalhadores se reuniam num dos túneis, e aí, a gente começava a conversar com eles, a fazer a discussão das necessidades, por exemplo, de saúde, em se tratando de um trabalho muito insalubre. Fazíamos jornal mural, folhetos, grupos, propostas para as assembléias. As aulas de prática, de técnica eram feitas a partir da experiência lá no túnel. Tinha até música, dentro do túnel, com os trabalhadores. Os estagiários voltavam no final de semana articulando a demanda com as estratégias, para trabalharem

A partir disso os estágios criavam vínculos dos estudantes com o público com o qual eles trabalhavam.

questão da saúde na relação com a empresa e o Estado, para, por exemplo, para melhorar as condições de saúde dos trabalhadores. Eu também orientei a prática na indústria de processamento de camarão. Lutava-se pela creche. A gente trabalhou com as operárias na organização da creche, dentro da empresa, que era estatizada.

Nesse sentido, a Reconceituação na Escola de Valparaíso foi um processo político de [re]politização do Serviço Social e de trabalho contra o funcionalismo. O livro que escrevi em 1971, “Ideologia e método”, totalmente revisado em 1982, vai ser republicado agora com a 10ª edição pela Cortez. Pedi para colocar um subtítulo: “Por uma crítica ao funcionalismo”. Na época estávamos conscientes do papel funcional do Serviço social e passamos a criticar a adaptação, a integração e o ajuste ao sistema dominante. Todo o livro “Ideologia e Método” representa esse pensamento. É uma crítica ao funcionalismo, e uma proposta teórica, metodológica e política para o Serviço Social Crítico.

Nesse sentido, a Reconceituação na Escola de Valparaíso foi um processo político de [re]politização do Serviço Social e de trabalho contra o funcionalismo. Tínhamos, sem combinar, o mesmo propósito do chamado “Método BH”, do pessoal da PUC/MG, sob a liderança de Leila Lima. A gente trocava idéias nos congressos da ALAETS. Com a criação do Celats foi possível a integração de todas essas experiências: da Colômbia, do Brasil, da Venezuela, do Chile, do Uruguai, da Argentina, do Peru. No mundo inteiro já se colocava a questão do *Radical Social Work*, o que vim descobrir depois no Canadá.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, o Serviço Social foi marcado por um movimento de crítica no mundo inteiro. John Galper, Corrigan e Leonard são representantes desse movimento respectivamente nos Estados Unidos e na Inglaterra. No Quebec Gerard Doré também se expressava criticamente e na França havia o grupo denominado *Champ Social* – Campo Social. Havia uma fermentação crítica do

Serviço Social, digamos assim, contra-hegemônica em vários cantos do mundo.

Voltei ao Brasil, com a anistia em junho de 1979. Depois de minha prisão no Chile, saímos do Chile para a Holanda com um salvo-conduto da ONU, já que o Brasil me negava o passaporte. Quando preso num Refúgio da ONU, os professores canadenses foram ao Chile e conseguiram um trabalho para mim no Canadá. Com isso consegui o visto canadense, mas classificado como apátrida. Fui trabalhar na Universidade Laval em Québec, como visitante. A experiência de trabalhar com a equipe de Laval foi marcante. Havia o questionamento do papel do Serviço Social pela equipe de professores de “Intervenção Coletiva” e alguns que atuavam na “Intervenção Individual”. Fundamos uma organização que completou 25 anos em 2004, que se chamava ROCQ – *Regroupement des Organismes Communautaires du Québec*. Adotamos uma perspectiva freireana (Paulo Freire) de Pedagogia do Oprimido, de partir da cultura do sujeito em movimento. Escrevi, junto com a Denise Ventelou, o manifesto do grupo, que hoje se chama CQC, que é Coletivo Quebequense de Conscientização. O coletivo continua trabalhando com o povo.

Fundamos uma organização que completou 25 anos em 2004, que se chamava ROCQ – *Regroupement des Organismes Communautaires du Québec*. Adotamos uma perspectiva freireana (Paulo Freire) de Pedagogia do Oprimido, de partir da cultura do sujeito em movimento.

A partir, desse trabalho, com a equipe do GRAP – *Groupe de Recherche en Action Populaire*, da Université Laval, que já tinha muita inserção nos movimentos sociais do Québec, criamos um partido político, que se chamou RP – *Rassemblement Populaire* – que conseguiu dirigir a cidade de Québec por vários anos, no regime parlamentarista, com o maior número de vereadores. Gerard la Rose e outros ex-alunos foram os gestores da cidade, mudando a feição de alguns programas em favor do povo. Esta foi uma experiência política de um grupo de trabalhadores sociais inseridos nos movimentos sociais de luta contra a renovação urbana que visava expulsar os pobres do centro da cidade.

Foi então que passei a tomar como referência a visão gramsciana da contra-hegemonia no contexto do pensamento marxista.

O Serviço Social canadense já rompido com a denominação de caso, grupo e comunidade, pois havia, mesmo no trabalho de “intervenção individual” e de grupo quem se orientasse por uma perspectiva estruturalista como Guy Bilodeau e Gisèle Legault. O trabalho de Organização de Comunidade se chamava *Intervention Colective*, com orientação de trabalho em qualquer coletivo, sem necessariamente ser um bairro, podendo ser, por exemplo, o coletivo de consumidores, o coletivo de mulheres. Nós que trabalhávamos na área do coletivo, nos orientávamos por uma dinâmica participativa e política. Foi então que passei a tomar como referência a visão gramsciana da contra-hegemonia no contexto do pensamento marxista. A gente fazia alianças com os trabalhadores do individual que não se enclausuravam no “caso”. Essa dinâmica nos permitiu trabalhar com vários grupos de pressão, e o GRAP, aliava a pesquisa à ação, apoiando os grupos contrários à renovação urbana, os grupos de mulheres assistidas sociais. Uma de minhas pesquisas foi para criticar a política de benefícios sociais e apoiar o movimento das “assistidas sociais”, com maioria de mulheres. Aprendi muito com esse trabalho teórico-prático, com discussão teórica da prática sócio-política. Não se tratava de um trabalho social “espontaneísta”, ao contrário, era fundado em pesquisa, fundado em proposta, fundado em estratégias.

Ao voltar ao Brasil em 1979, com a anistia, ao incorporar-me à realidade brasileira, pude, com esse referencial, a partir da análise da realidade, e dentro da dinâmica institucional, trabalhar a questão que chamei, já no livro “Ideologia e método”, publicado em 1982, de paradigma de correlação de forças. É este paradigma que venho desenvolvendo ao longo dos anos. A partir dessa perspectiva, foram sendo discutidos os desafios e propostas profissionais. Acho que esta proposta se reflete no Código de Ética de 1993,

quando diz que se tem que fortalecer o usuário, dar palavra ao usuário, que se fortalecer a democracia e o poder dos usuários. Isto está claramente expresso no livro de 1982, que é o “paradigma da correlação de forças”.

**Todo aquele
“experimentalismo”
de participação foi
contido, abafado,
reprimido, mas
certamente não
perdido.**

SS&S – Professor, como no Chile, se conseguiu fazer uma ponte entre aquela prática mais engajada, vamos dizer assim, com a ditadura?

Vicente Faleiros – No Chile havia uma diversidade de experiências, um amplo debate de idéias sobre socialismo, democracia, capitalismo. Quando veio o golpe militar de 1973 houve uma fratura profunda na sociedade, com a divisão entre “allendistas” e “pinochetistas”, esquerda e direita. Fui preso num barco em Vaparaíso, o Lebu, e daí saí para um refúgio da ONU, seguindo para a Holanda, único país que me acolheu.

Durante a ditadura de Pinochet, até 1991, houve um “apagão” da democracia e do debate, e uma perseguição que acarretou a morte e o desaparecimento de 6.000 pessoas. Todo aquele “experimentalismo” de participação foi contido, abafado, reprimido, mas certamente não perdido. Em 1990, quando Pinochet perdeu o *referendum* sobre o regime, houve uma explosão de abertura. Nesse ano o Colégio Profissional me convidou para ir ao Chile. Para mim foi um terremoto, na trajetória. No Chile há muitos terremotos, mas para mim, foi um abalo interno, ao ouvir e emocionar-me com histórias de mortes, de perseguição, classificando eles mesmos, de forma simplificada a situação: ‘aqui há os enterrados, os aterrados e os desterrados’. No Chile não ocorreu somente um golpe brando, foi ditadura, foi guerra. Além de mortos e desaparecidos deve ter quase um milhão de chilenos exilados. Para se proteger da perseguição, além dos exílios, existiam apenas duas portinhas: uma a Igreja, com D. Henriques, que era o arcebispo de

Santiago, atuando por meio da “Vicaria da Solidariedade”. Deu apoio ao trabalho social com refugiados e presos políticos. Quando eu estava preso, recebia visita da assistente social da Vicaria. A outra porta foram as ONGs, que eram financiadas de fora, pela Suécia, pela Holanda, pelo Canadá, pelas Organizações Humanitárias.

No âmbito do poder público o Serviço Social manteve seu tipo ação tradicional; não era possível continuar com o processo revolucionário da Reconceituação, era questão de vida ou morte, apesar de haver ainda algo clandestino, e algum debate privado. A Universidade Pública foi esfacelada, privatizada aos pedaços, ou transformadas em instituições pagas. As ONGs que trabalhavam com mulheres avançaram muito nesse período, porque foi preciso dar apoio para mulher de preso, mulher desempregada, mulher pobre. Nesse âmbito podia-se fazer algum trabalho alternativo, sem alarde. Depois da saída de Pinochet do poder central, ainda com “Concertação Democrática” – aliança da Democracia Cristã com os Socialistas” os militares continuaram fortes, mas foi difícil reestruturar as alternativas. Aí, leva tempo.

Há em 2006/2007, um Fórum de Trabalho Social que mobiliza o questionamento e os mestrados trazem boa produção acadêmica crítica. Percebi isto na semana passada (4 de maio) quando estive a dar uma palestra na Universidade “Humanismo Cristiano”. Percebi certa decepção com as políticas neoliberais da Concertação. A juventude acreditou que, com a democracia, muitos problemas fossem se resolver. Agora estão aprofundando a reflexão sobre a relação entre democracia e capitalismo, descobrindo outras possibilidades. No debate com os estudantes percebi que o “paradigma da correlação de forças” oferecia uma possibilidade de intervenção, num contexto democrático, de espaços de pressão. Os estudantes haviam se manifestado nas ruas contra a reforma educacional e o sistema de transportes.

Acredito que o passado só tem sentido quando você faz uma leitura crítica do presente. As idéias e as propostas podem ser [re]pensadas com a leitura crítica do presente no movimento histórico.

Então esses espaços de pressão estão sendo trabalhados.

SS&S – *Em sua opinião, quais as contribuições do Movimento de Reconceituação para a nossa profissão?*

A violência é um processo relacional de poder, diversificado e complexo. Implica essas três dimensões articuladas: a violência estrutural (econômica, política, societal), a violência institucional e a violência familiar.

Vicente Faleiros – Acredito que o passado só tem sentido quando você faz uma leitura crítica do presente. As idéias e as propostas podem ser [re]pensadas com a leitura crítica do presente no movimento histórico. Dentro da história do Serviço Social, há aqueles que vêem mais o todo, a totalidade, o contexto, a estrutura e os que focalizam mais, o que Gramsci⁶ chamaria de “miúdo”, de política miúda, de singularidade. O Movimento de Reconceituação contribuiu, fundamentalmente, para ver o “miúdo” na dinâmica da totalidade, na totalidade contraditória do capitalismo. A indissolubilidade do singular e do particular e do geral, isto é do processo histórico-estrutural foi a principal contribuição da Reconceituação, que continua até hoje. Até hoje, existem aqueles que querem fazer a crítica ao neoliberalismo do ponto de vista macro-histórico e aqueles que vão continuar respondendo as demandas sociais num processo articulado de correlação de forças em presença, de correlação entre o particular e a totalidade, e os que só olham o fragmento sem contexto. O desafio é, justamente, relacionar a estrutura mais geral com a dinâmica particular/singular da reflexão/ação, isto é da práxis.

SS&S – *O senhor tem trabalhado e produzido estudos interessantes para revelar a face oculta do fenômeno da violência. Gostaríamos que discutisse qual o papel das redes de intervenção neste cenário de ampliação da violência.*

Vicente Faleiros – A questão da violência é complexa e exige que a gente a entenda profundamente. Vamos ver se é possível

⁶ Antonio Gramsci

fazer uma breve reflexão sobre o tema no âmbito desta entrevista. A sociedade brasileira está marcada, hoje, por uma expressão “nova” da violência. O livro sobre a violência contra a pessoa idosa sai dia 13 de junho e traz uma reflexão sobre o conceito de violência e um mapa das denúncias de violência.

A violência é um processo relacional de poder, diversificado e complexo. Implica essas três dimensões articuladas: a violência estrutural (econômica, política, societal), a violência institucional e a violência familiar. A violência estrutural se manifesta no desemprego, na exclusão, na corrupção, no crime de rua, no crime organizado, nas gangues... São denunciadas nas delegacias como furto, roubo, assassinatos, estelionatos. Boa parte das denúncias refere-se a agressões dentro da família, dentro de casa, tanto contra a criança como contra o velho e não estão desarticuladas da violência estrutural. Há famílias “organizadas” pela violência, assim como há relações estruturadas de violência, num nível macro, como a impunidade, a corrupção, o crime organizado, a discriminação. Há violência estruturada pelo machismo, pelo racismo, pelo preconceito. Para sua análise, meu pressuposto é o seguinte: violência é a não-mediação do conflito. Para você entendê-la e combatê-la é preciso explicitar o conflito. Na nossa sociedade, pela ditadura, pelo escravismo, pelo autoritarismo, abafamos ou negamos o conflito. Pelo autoritarismo nega-se o conflito pela imposição “do mais forte”, pelo “sabe com quem está falando” e também “pelo favor”. Trata-se de uma mistura de “repressão com favor ou clientelismo”, para dar o jeitinho na negação do conflito. Nós precisamos aprender a explicitar o conflito e a trabalhar a mediação do conflito, porque a sociedade é conflito, não existe sociedade que não seja conflituosa. Agora, existem muitas maneiras de colocar a mediação do conflito, pois há conflito de classe, há conflito de gênero, conflito familiar, conflito de poder, conflito de valores, conflito de interesses,

[O agressor]

Precisa ser responsabilizado, isto é, não é só pela punição, pela oportunidade de mudar sua trajetória de agressão. Ainda existe muita impunidade e quase nenhuma política de inserção social do agressor, e o atendimento à vítima é ainda péssimo no Brasil.

conflito de grupos, de coletivos, de burocracia, de marido e mulher, de pai e filho.

O processo de mediação, resolução e superação dos conflitos deve se explicitar junto com o próprio conflito, conforme sua natureza, ou melhor, as relações implicadas e implicantes. Por isso a mediação implica, ao mesmo tempo, movimento, pressão e “pactuação”. Existe, talvez em primeiro lugar, a pactuação de procedimentos que vão encaminhar o conflito: trata-se do pacto da lei, de escolha de mediadores, de explicitação do diálogo, da negociação (concessão e exigência), de convenção. Assim, a referência à cidadania é o melhor meio de se mediar os conflitos, porque ela é um pacto de procedimento e de direitos. Esse pacto implica ação junto à vítima e junto ao agressor, inclusive punindo o agressor e atendendo a vítima. É um pacto estabelecido em normas sociais, pois nós temos que enfrentar o agressor, para que ele não repita a violência. Precisa ser responsabilizado, isto é, não é só pela punição, pela oportunidade de mudar sua trajetória de agressão. Ainda existe muita impunidade e quase nenhuma política de inserção social do agressor, e o atendimento à vítima é ainda péssimo no Brasil. Em grande parte, porque não há política e recursos para isso, não há pessoal. Trata-se de um serviço caro, pois é preciso inventar uma relação pro-ativa da vítima com a sociedade. Isto se faz em rede, em rede proteção, porque a vítima só tem força quando ela articula seu grupo, seu contexto. No Centro de Formação em Psicologia Aplicada da Universidade Católica de Brasília, há uma experiência de atendimento às vítimas de abuso sexual na rede de proteção. Numa avaliação da experiência, a ser publicada este ano, analiso que o agressor tem que ter sanção, pois a sanção explicita o conflito de poder para a vítima. A sanção é uma forma da vítima dizer: “*olha ele é que está errado*”, não sou eu a culpada; na rede da vítima, composta pela família (em todo ou em parte),

Assim, a referência à cidadania é o melhor meio de se mediar os conflitos, porque ela é um pacto de procedimento e de direitos. Esse pacto implica ação junto à vítima e junto ao agressor, inclusive punindo o agressor e atendendo a vítima.

pelos amigos, pelo namorado, pelo padre, pelo pastor, por quem seja aliado, vai se construir maior força e condições para a vítima enfrentar o agressor e a situação. Assim, não é só no consultório que o profissional vai resolver o trauma, mas na rede. A rede (não vou entrar aqui no conceito de rede) implica uma estruturação de relações num território, com sujeitos e organizações articulados, baseada numa capilaridade que você constrói a partir dos capitais, das potencialidades, das relações que as pessoas têm, combinando de certa forma, as oportunidades e as dinâmicas existentes no cotidiano do sujeito com as condições pessoais, sociais e políticas.

SS&S – Qual o seu balanço das contribuições e dos limites que estão colocados hoje para a formação e para a intervenção no Serviço Social?

É preciso tomar cuidado com o certo consumismo do ensino aliado ao capital selvagem na área educacional, por exemplo, com a banalização do ensino a distância, que pode desfigurar essa formação mais rigorosa e crítica.

Vicente Faleiros – É um assunto muito complexo, porque não pretendo seguir uma tendência de se homogeneizar a formação. Existem diversas e heterogêneas propostas, com ênfases distintas, que mesmo como opções das unidades de ensino, sem desfazer, vamos dizer assim, aquela postura mínima, que é necessária para ter uma certa uniformidade. É preciso, no entanto, combinar a prática com uma formação sólida teórica e de pesquisa. A pesquisa, aliada à investigação científica e crítica, faz essa ligação, “esse cimento” como diria Gramsci, que permite a articulação teoria/prática, esta vinculação do particular, do singular e do geral, na construção de propostas e estratégias profundas. A nossa formação em pesquisa melhorou muito, mas ainda falta mais produção de conhecimento da ação.

É preciso tomar cuidado com o certo consumismo do ensino aliado ao capital selvagem na área educacional, por exemplo, com a banalização do ensino a distância, que pode desfigurar essa formação mais rigorosa e crítica. Nos anos 1970,

propúnhamos que a formação levasse em conta as três dimensões de crítica, compromisso e competência, os três “C”s: para poder dar aos estudantes uma visão global e crítica da sociedade em que eles estão inseridos, promover um compromisso, não só com o Código de Ética, mas com a mudança e com os dominados, e de forma competente, ou seja, para que ele seja capaz de estabelecer parâmetros, dentro da crítica e do compromisso, de resolubilidade das questões.

Não podemos deixar o Serviço Social cair, vamos dizer assim, numa prática empírica fragmentada, por exemplo, restrita ao aconselhamento/encaminhamento. Às vezes o próprio encaminhamento é um “faz de conta”, um jogo de empurra. Certamente a formação é levada a sério em algumas unidades de ensino, mas é banalizada em outras, numa heterogeneidade muito grande de Centros de Formação e de Unidades de Ensino e Pesquisa. Não só o MEC, mas a ABEPSS, o CFESS e os profissionais precisam estar atentos, cada vez mais à qualidade da formação e não somente à sua quantidade. Muita gente é contra o exame de proficiência para se inscrever na categoria profissional – ter a carteirinha de Assistente Social. Hoje esse exame me parece indispensável, com um exame de ingresso rigoroso, com critério teórico e avaliação da competência e da habilidade. Talvez devêssemos começar esta exigência ao elaborar uma matriz de teorias, competências e habilidades. Os que são bem formados não vão ter problemas no exame, e os que são mal formados serão barrados.

Não podemos deixar o Serviço Social cair, vamos dizer assim, numa prática empírica fragmentada, por exemplo, restrita ao aconselhamento/Encaminhamento. Às vezes o próprio encaminhamento é um “faz de conta”, um jogo de empurra.

SS&S – Qual mensagem o senhor deixaria para os leitores da Revista?

Vicente Faleiros – Bem, quando me colocam essa questão, saliento que a crítica é a base da mudança. A crítica, no sentido que coloquei no meu livro “Saber Profissional”, significa

Não há nada pior do que estar acomodado. A gente pode estar movido pela indignação, mas só a indignação não basta.

questionamento e busca dos fundamentos e pressupostos da práxis, para [re]por aquilo que está posto no seu pressuposto. O que pode dar aprofundamento e qualidade à *praxis* é esse permanente [re]posicionamento crítico teórico e prático que nos tira da acomodação. Não há nada pior do que estar acomodado. A gente pode estar movido pela indignação, mas só a indignação não basta. É preciso ter a indignação solidamente fundada, para que aquilo que é insuportável, em um momento determinado, se torne inviável, forçado a uma alteração fundamentada, dentro de uma relação muito complexa. Relação esta que implica a tessitura conjunta do imediato e das mediações, de forma crítica. A crítica deve ser exigente, processual, aberta, heurística, histórica e teórica para ser realmente conseqüente. Quem critica também deve rever sua crítica permanentemente.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Escopo e Política

A Revista Serviço Social & Saúde é um periódico especializado, aberto à contribuições da comunidade científica nacional e internacional, arbitrado e distribuído a leitores do Brasil e de vários outros países. Os trabalhos submetidos são avaliados por pelo menos dois revisores pertencentes ao quadro de colaboradores da Revista em procedimento sigiloso quanto à identidade tanto do(s) autor(es) quanto dos revisores. Os autores são responsáveis pelas informações contidas nos trabalhos, bem como pela devida permissão ao uso de figuras ou tabelas publicadas em outras fontes.

A Revista Serviço Social & Saúde é uma publicação anual dos assistentes sociais integrantes dos serviços da Universidade Estadual de Campinas, e tem como proposta constituir um espaço de contextualização de assuntos e temas relacionados ao Serviço Social na Saúde e a sociedade em geral.

Para a composição dessa publicação serão aceitos artigos, referentes a relatos de experiência profissional, reflexões teóricas, científicas, monografias, etc., sendo estes submetidos para análise e organização pelo Conselho Editorial.

As produções científicas e artigos devem ser enviados em 04 cópias sendo uma em disquete com fonte *Time New Roman* tamanho 12, espaço duplo tendo no mínimo de quinze e máximo trinta laudas, incluindo as referências bibliográficas, que devem estar em conformidade com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 6023, ago 2000). Os artigos deverão conter o Resumo e o *Abstract*.

Os títulos devem ter no máximo duas linhas em negrito. Os artigos encaminhados à Revista devem ser inéditos, não podendo ter publicação anterior em similares.

Cabe ao Conselho Editorial propor ao autor alterações necessárias para resguardar os padrões estabelecidos e comunicar a aprovação ou não dos trabalhos. Os textos não selecionados serão devolvidos sem justificativa de recusa.

Para a seleção de artigos e garantia do anonimato, solicita-se encaminhar ao Conselho Editorial uma página de rosto separada das demais, que deverá conter o título do trabalho, nome completo do autor, sua qualificação, endereço, telefone, e-mail, instituição de origem. A primeira página do texto deve conter somente o título do artigo. A autorização para publicação se dá a partir da simples remessa dos artigos e não serão pagos direitos autorais ao autor. O mesmo terá direito a 03 exemplares da revista. Todos

os comentários e análises externas referentes aos artigos publicados que poderão gerar novos artigos se aceitos pelo Conselho, serão encaminhados ao autor que terá garantido o direito de réplica.

Os artigos devem ser enviados aos cuidados do:

Conselho Editorial da Revista Serviço Social & Saúde

Serviço Social do Hospital de Clínicas da “Universidade Estadual de Campinas”

Cidade Universitária "Zeferino Vaz", s/nº – Campinas – São Paulo – Brasil

CP. 6142 – CEP 13083–888

Tel./Fax (019) 3788 7250

E-mail: sersocial@hc.unicamp.br